

Tarcísio anuncia moradias no eixo do trem SP-Campinas

Plano de R\$ 4,3 bi prevê 23 mil casas perto de estações na Região Metropolitana

Pablo Jacob/Governo de São Paulo

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou nesta quarta-feira (4) um plano de R\$ 4,3 bilhões para erguer 23 mil moradias em áreas próximas a estações ferroviárias na Grande São Paulo e na região de Campinas. A iniciativa, batizada de Novas Centralidades, prevê concentrar habitação, comércio, serviços e equipamentos públicos ao longo de linhas de trem já existentes ou em implantação, como o Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte.

A proposta é ocupar terrenos no entorno dos trilhos com conjuntos habitacionais integrados à infraestrutura urbana, com oferta de escolas, espaços públicos e atividades econômicas. A ideia do governo é estimular bairros mais autônomos e organizar o crescimento urbano a partir do transporte coletivo.

Ao todo, 14 localidades em dez municípios devem receber os empreendimentos. Além da capital, estão na lista cidades como Campinas, Valinhos, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Franco da Rocha, Barueri, Carapicuíba e Mauá. Projetos semelhantes também estão em desenvolvimento em Santos e em áreas da cidade de São Paulo.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habi-



Anúncio do governador Tarcísio de Freitas ocorreu no Palácio dos Bandeirantes

tação, as intervenções incluem urbanização, recuperação ambiental, implantação de infraestrutura, requalificação de imóveis e construção de novas unidades residenciais e comerciais.

O programa integra um pacote mais amplo voltado à habitação. No total, o governo anunciou R\$ 6,4 bilhões para viabilizar 37 mil moradias em diferentes frentes, incluindo obras diretas da CDHU, cartas de crédito para aquisição de imóveis e convênios com prefeituras.

Cerca de 10 mil unidades devem começar de imediato, enquanto as moradias do Novas Centralidades são tratadas como ações de médio e longo prazo, associadas aos eixos ferroviários.

Campinas

Em Campinas, estão previstas 2 mil moradias. O empreendimento será implantado no antigo Pátio Ferroviário, entre a Vila Industrial e o Centro, área que deve ser transformada em um novo bairro de uso misto, com

habitação, serviços, atividades econômicas, espaços culturais e estrutura de transporte.

A proposta urbanística prevê a requalificação do complexo ferroviário e a redução da barreira física que hoje separa a Vila Industrial da região central, integrando os dois lados da cidade. As unidades habitacionais serão construídas dentro do próprio pátio, com acesso direto ao sistema de trilhos. Cerca de 75% das moradias devem ser destinadas a famílias com renda de até três salários

mínimos. A nova centralidade será vinculada à futura estação Campinas do Trem Intercidades. O projeto prevê a requalificação da Estação Cultura e a construção de plataformas para atender tanto o trem expresso, que fará a ligação entre Campinas e São Paulo em cerca de 64 minutos, quanto o Trem Intermetropolitano (TIM), que conectará Campinas a Jundiaí.

O município também prevê a implantação de um Hub de Inovação no local, em parceria com a PUC-Campinas, com restauração de galpões ferroviários históricos, como a Rotunda e a antiga Oficina de Montagem, que devem abrigar empresas de tecnologia e startups.

O empreendimento será estruturado por meio de uma Parceria Público-Privada, em que a iniciativa privada ficará responsável pela construção e exploração comercial da área, em contrapartida à entrega das moradias e à requalificação urbana. Campinas também foi incluída no programa Bairro Paulista, voltado a obras de urbanização em núcleos habitacionais. O município poderá acessar recursos para pavimentação, drenagem, calçadas acessíveis e iluminação pública, especialmente em áreas em processo de regularização fundiária.

Dário e Hugo Motta debatem transporte

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, esteve em Brasília nesta quarta-feira (4) para pedir a votação do Marco Legal do Transporte Coletivo (PL 3.278/2021), projeto que prevê novas fontes de financiamento para o transporte público municipal. A reunião foi com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e contou com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

A proposta autoriza a destinação de até 60% da arrecadação da Cide, tributo cobrado sobre combustíveis, para ajudar estados e municípios a custear o transporte coletivo. O texto já foi aprovado no Senado e depende agora de análise dos deputados.

Pelas regras atuais, a maior parte do financiamento da mobilidade urbana recai sobre as prefeituras. O projeto busca permitir participação mais direta da União no custeio do sistema, o que pode aliviar os orçamentos municipais.

O Marco Legal também prevê a possibilidade de cobrança

de tarifas municipais sobre aplicativos de mobilidade, tanto de transporte individual quanto de cargas, e estabelece exigências de transparência, como divulgação periódica de custos, receitas, gratuidades, dados de frota, demanda e indicadores de qualidade.

Saadi afirmou que a medida pode ter impacto direto em Campinas, que está no meio do processo de licitação do transporte coletivo convencional.

A prefeitura lançou o edital para concessão do serviço de ônibus por 15 anos. O contrato está estimado em cerca de R\$ 11 bilhões, com previsão de R\$ 1,7 bilhão em investimentos para renovação da frota. Segundo a administração municipal, a licitação busca modernizar o sistema e ampliar a eficiência operacional. A eventual aprovação do Marco Legal é vista pela prefeitura como uma forma de garantir maior previsibilidade financeira ao serviço, com novas possibilidades de repasse de recursos federais.

Secretário no colegiado

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) elegeu no último dia 23, por unanimidade, os representantes das cidades mais populosas do país que irão compor o Conselho Superior Provisório do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Ao todo, foram escolhidos 13 representantes titulares e 26 suplentes, que passarão a representar os municípios na instância responsável por coordenar a arrecadação e a distribuição do novo tributo criado pela reforma tributária. A votação ocorreu durante assembleia virtual da entidade. Entre os representantes titulares eleitos está o secretário municipal de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado, que também preside o Fórum de Secretários de Fazenda da FNP. A presença de Caiado no colegiado amplia a participação de Campinas nas discussões técnicas e políticas sobre a implementação do novo imposto, que substituirá tributos como ICMS e ISS.



Dário se reuniu com presidente da Câmara, Hugo Motta

Divulgação